

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG



BH vende a Copasa



Depois de uma luta feroz para adquirir ações da Copasa e ganhar assento no Conselho de Administração e na direção da empresa, a Prefeitura de Belo Horizonte decidiu transformar este poder alcançado em dinheiro para investir em obras no município.

As ações da Copasa em poder da PBH serão colocadas à venda, caindo onde menos se deseja, nas mãos de investidores privados, que buscam lucro em atividade essencial para a saúde do povo mineiro.

A medida foi aprovada a "toque de caixa" na Câmara Municipal, de forma que os vereadores tivessem pouco acesso às informações, sendo sonegada a orientação de que a PBH perderia o assento conquistado na direção da empresa.

PÁGINA 3



Sindicato investe em estrutura para fortalecer nossas lutas

A direção do SINDÁGUA começará, em breve, as obras para reforma da sede da entidade, ampliando o número de salas e melhorando a estrutura física e de equipamentos. Estas iniciativas fazem parte das medidas voltadas para a modernização e as condições necessárias para amparar o crescimento da atuação do SINDÁGUA, não só na defesa dos interesses e direitos da categoria, mas também das necessárias lutas em favor da universalização do saneamento, luta contra a precarização do trabalho, contratações irregulares de terceirizados e, principalmente, para o processo de maior organização dos trabalhadores.

Além do reaparelhamento do Sindicato, com

modernização da estrutura de informática, a entidade investirá em treinamentos e formação sindical. **Página 4**



Organização financeira e estrutural para as lutas

Um assunto vem sempre à tona quando discutimos a necessidade de contribuirmos para a entidade sindical que nos representa nas negociações coletivas: todos são beneficiários das conquistas, todos devem contribuir para as lutas.

Contribuir para entidade de classe, de onde saem os resultados negociados nos avanços dos direitos dos trabalhadores e de todas as conquistas na organização da luta da categoria é uma questão de consciência, de cidadania, de espírito de coletividade. Não se pode admitir que trabalhadores fiquem ape-

nas usufruindo das lutas e das mobilizações dos companheiros.

Gratificação de férias de 90%, anuênio, auxílio-creche, cesta e tíquetes no valor global de R\$ 508,42, participação nos lucros, produtividade, plano de saúde e plano previdenciário subsidiado e tantos outros direitos e benefícios só existem em função de uma longa história de lutas dos trabalhadores através do Sindicato, que alcançou acordos coletivos vitoriosos e qualificou as condições no trabalho dentro da Copasa.

Realizamos todo o esforço

para conjugar as ações administrativas da entidade com a maior organização e controle de recursos, fazendo os investimentos principalmente em estrutura, formação e mobilização.

O Sindicato continua sendo o instrumento adequado dos trabalhadores para defender direitos e para representar cada companheiro em demandas que sempre acontecem em nossa vida profissional. Companheiros que sempre tiveram uma posição distanciada do Sindicato já passaram dias de extrema necessidade e puderam reconhecer o valor que re-



Jeane Katia, diretora financeira

presenta esta proteção.

Para que tenhamos um sindicato forte, que mantenha os trabalhadores unidos, pronto para mobilizar a categoria, defender os direitos e avançar nas condições de trabalho é necessário o empenho e a contribuição efetiva de cada companheiro.

Todos devem contribuir, pois os resultados de nossas lutas e de nossas conquistas são para todos os trabalhadores.

VEM AÍ O 4º CONTSEMG



A assembléia geral do último dia 29 aprovou a realização do 4º CONTSEMG em fevereiro de 2008. O Congresso dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento de Minas Gerais é um importante momento para debater as reformas política e trabalhista que atingem os trabalhadores no saneamento.

O congresso mobiliza a categoria em torno de discussões que dizem respeito aos nossos direitos e interesses, dando o suporte necessário para acompanharmos os debates que interferem direta ou indiretamente no dia-a-dia dos trabalhadores, dos salários, PCCS, saúde e segurança no trabalho direitos trabalhistas e de convenções coletivas.

Mais do que nunca, precisamos nos conscientizar de que só com trabalho coletivo e muita organização conseguiremos defender nossos direitos, resistir às pressões patronais e melhorar as relações trabalhistas.



Para realizarmos o 4º CONTSEMG será necessária a participação de toda a categoria na construção de propostas e na eleição dos delegados que irão representar os distritos e localidades das empresas de saneamento. O SINDÁGUA precisará levantar recursos na casa de R\$ 150 mil para a realização do evento e já constituiu uma comissão para organizar as tarefas.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO 4º CONTSEMG

Presidente – José Maria dos Santos - **Coordenadora** – Rita de Cácia Senesi - **Membros** – Adair José da Silva, Ângela Maria F. Cruz, Elisângela Renata, Gercianizio Damasceno, Jeane Kátia, José Onofre Rodrigues, Luiz Antônio Torres, Manoel Quirino, José Geraldo Nascimento, Robson de Moura, Rogério Lourenzoni, Rogério Matos Araújo, Waltencyr Teófilo. **Assessores:** Janaina F. da Mata e Wagner Bonifácio Xavier

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Carlos Nicolau - **Ilustração:** Lute **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Fumarc

Rua Congonhas, 518 - Bairro Santo Antônio - Belo Horizonte/Minas Gerais - Telefone: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224
CEP: 30330-100 — Home Page: www.sindagua.com.br e-mail: imprensa@sindagua.com.br

Prefeitura de BH desfaz sua conquista de participar nas decisões na Copasa

Venda de ações da Prefeitura de Belo Horizonte fulmina um discurso recente de participar da gestão para garantir políticas públicas de saúde

Quem acompanhou as negociações entre a Prefeitura de Belo Horizonte, o Governo de Minas e a Copasa há poucos anos provavelmente poderia pensar que o poder político no Executivo da capital teria mudado radicalmente. Estará mais estupefato se lembrar que as negociações que redundaram na destinação das ações para a PBH foram originadas sob um argumento assustador à época, o de que a grande arrecadação da Copasa na capital não se revertia inteiramente em políticas de saneamento para este município e que grande parte destes recursos era destinada a socorrer municípios pobres e que representavam focos de déficit operacional para a empresa de saneamento.

As negociações entre a Prefeitura de Belo Horizonte, Governo do Estado e Copasa foram vitoriosas e o município alcançou 13,3% das ações da empresa, podendo participar do processo de decisão e defender os interesses da capital no Conselho de Administração, fazendo indicações diretas. Apesar dos argumentos contrários que defendiam a política de subsídios cruzados, que permitem o socorro aos municípios pobres, as negociações permitiram um diferencial, principalmente no que tange à expectativa de transparência administrativa da empresa.

O maior argumento da prefeitura junto à opinião pública foi o de que a partir daquele momento, Belo Horizonte participaria efetivamente das instâncias de decisão da Copasa, instalando seus representantes nos conselhos de administração e fiscal, além de ter indicado diretores de seu agrado nas nomeações do governador Aécio Neves.

Pois bem. Tudo isto foi posto abaixo. Agora a prefeitura argumenta que seu objetivo "não é acumular riqueza na forma de convênio, mas riqueza na infra-estrutura urbana". As ações e a representação da PBH nas instâncias de poder da Copasa estão sendo trocados por obras de recapeamento de vias públicas, dinheiro para os fundos de habitação e de saneamento e as obras do "Orçamento Participativo".

BH volta a se assemelhar ao fisiologismo de Almenara

Há poucos meses, a direção da Copasa e a quase totalidade dos diretores do SINDÁGUA compareceram em uma audiência pública na cidade de Almenara, onde o prefeito municipal fizera uma ocupação das áreas administrativas e operacionais

da empresa, alardeando que a concessão de serviços de saneamento não seria mais renovada. Fomos recebidos em clima rigorosamente hostil. O prefeito encheu a praça com comunidades mais pobres, manifestando contra a Copasa. Trabalhador do sindicato saiu praticamente escoltado da reunião na Câmara Municipal, ameaçado por um dos vereadores contrário à concessão para a Copasa.

Toda a guerra armada pelo prefeito foi motivada por detalhe importante: era véspera de eleição e ele exigia investimentos da Copasa, anunciando que seria para o capeamento de via pública, construção de uma escola. A Copasa se negou e a guerra foi armada. Para sorte da empresa, o prefeito foi derrotado nas eleições.

Infelizmente, Belo Horizonte, que fizera uma negociação que possibilitou uma política diferenciada, volta a fazer as mesmas exigências fisiológicas similares ao que pretendia o prefeito de Almenara em véspera eleitoral. Fez exigências rigorosas da Copasa, acusou o não investimento necessário em estações de tratamento de esgoto, fincou pé em reservar na capital os recursos auferidos pela Copasa. Com a divisão acionária da empresa, conquistou parte do poder administrativo da empresa. Alardeou que, a partir daquele momento, as questões belorizontinas teriam defesa direta na administração da Copasa, pois a prefeitura ganharia assentos nas instâncias de decisão da empresa.

Tudo mudou. Se não gostamos de fatar a Copasa em ações, pelo menos uma boa quantia delas ficaria nas mãos de um Executivo municipal representativo. Mas agora, infelizmente, as ações conquistadas por Belo Horizonte e que exigiam transparência administrativa na Copasa, podem ser repassadas para as mãos da iniciativa privada, colocando mais uma nuvem no que poderá ser o futuro da Copasa e os riscos que a população mineira passará a correr com o entreguismo do patrimônio público.



A prefeitura abre mão das ações e perde poder na defesa de interesses do município

O saneamento básico, compreendendo água e esgoto sanitário, sempre foram tratados como uma ferramenta para realização de um dos mais importantes deveres do Poder Público traduzido no investimento em saúde pública para a população.

Infelizmente, hoje o saneamento básico está sendo tratado como um grande negócio, transformando a eficiência da gestão na quantidade de recursos arrecadados, no total de dividendos distribuídos aos acionistas e não no total da população atendida com água tratada e com esgotos coletados/tratados e com preços acessíveis a todos cidadãos, principalmente os de baixa renda.

Em Belo Horizonte na renovação da concessão do Município, nos idos de 2004, o Executivo Municipal conseguiu uma das maiores façanhas de todos os tempos, antes mesmo da lei exigir a realização da renovação da concessão, através do contrato de programa, o município já celebrou o primeiro Contrato de Programa, servindo de modelo para todo território nacional, tendo conseguido reter 4% da arrecadação da Copasa no município, para investimento exclusivo no plano municipal de saneamento, participação de 13,3% das ações da Copasa, figurando como sócio, garantindo a participação de um membro no Conselho de Administração, no Conselho fiscal e um Diretor Executivo na gestão da empresa.

O município passou a participar das diretrizes e do planejamento da empresa, buscando representar os interesses do povo de Belo Horizonte, com realização de obras de saneamento foi dado início a construção da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão Arrudas, saneamento da Lagoa da Pampulha, estação de tratamento de esgoto do Onça, atingindo a região de Venda Nova e adjacências.

Entretanto, agora na calada da noite, em convocação extraordinária para uma sexta e sábado, durante o recesso legislativo, surge um projeto de Lei 1.421/07, onde o prefeito pede autorização para venda das ações da COPASA em poder do município, sob frágeis argumentos de investimento no fundo municipal de saneamento, para utilização nas indenizações as desapropriações da avenida Antônio Carlos, recapeamento asfáltico, o projeto é aprovado por unanimidade.

Com tal atitude o Município trará prejuízos para os belorizontinos, pois não mais poderá garantir a participação na gestão da empresa, perderá assento nos conselhos de administração e fiscal, não mais será possível intervir na fixação de metas e no planejamento de ações da COPASA para o saneamento no município.

Deve-se destacar, ainda, as inovações trazidas pelo sanção da Lei 11.445/07, que cria o marco regulatório para o saneamento, trazendo exigências para os prestadores de serviços de saneamento, como a constituição de agências reguladoras de tarifas, aplicação de recursos, criação dos conselhos municipais e estaduais de saneamento básico, plano municipal de saneamento, fiscalização da gestão e aplicação dos recursos disponíveis para o saneamento, envolvimento da sociedade através da participação de audiências públicas. Certamente, com a decisão de venda das ações estaremos nos distanciando de intervir nas ações de saneamento da COPASA para o Município de Belo Horizonte.

Terceirizações resultaram em multa de R\$ 5,87 milhões à Copasa

A Copasa foi autuada em 31 de outubro de 2006 ao pagamento de uma multa de R\$ 5.871.096,82, que deveria ser depositada em conta da Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência (FIA) por ter descumprido um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado perante o Ministério Público do Trabalho (MPT).

A condenação da Copasa se deveu por contratações irregulares de funcionários de empreiteiras, que prestaram serviços à empresa em atividades fim e que só poderiam ser contratados através de concurso público.

O TAC entre o MPT e a Copasa foi firmado em 23 de maio de 2005 e arroladas várias empresas de prestação de serviços que realizaram contratações irregulares, totalizando 5.603 trabalhadores. Todas as empresas foram intimadas a responderem questionamento do MPT.

O procurador oficiante não concordou com as argumentações da Copasa, que não conseguiu provar a realização dos concursos públicos exigidos constitucionalmente.

O MPT conclui que a Copasa descumpra os requisitos formais para contratações temporárias.

Nova intimação foi realizada em 24 de agosto/2006 às empresas contratadas e à própria Copasa. No documento do MPT é afirmado o seguinte:

"Em resumo, até o momento: foram contratados 5.603 trabalhadores que prestam ou prestaram serviços à Copasa, ligados diretamente às suas finalidades essenciais, contratados por intermédio de interposta pessoa, em descumprimento ao item '2' do Termo de Compromisso de fls. 04/07; e 87 trabalhadores contratados 'por tempo determinado' em situação de descumprimento ao item '4', & 1º, do mesmo instrumento. Tudo

conforme fundamentação expendida no presente despacho, às fls 926/929 e fls 2897/2908. No total, foram contratados 5.603 trabalhadores em situação irregular".

A situação de hoje é a seguinte: depois de formalizado o TAC, realizadas novas audiências para reclamação de cumprimento, chegou-se à sentença, que condenou a Copasa ao pagamento da multa que chegou a quase R\$ 6 milhões. Tudo, no entanto, continua no mesmo lugar e as empreiteiras continuam exercendo funções tipificadas como atividades fins, mantendo as irregularidades ao arripio da lei e das exigências do MPT.

Justiça protege a liberdade de organização sindical

Depois de liminar, a Justiça do Trabalho confirmou a decisão que "determina a liberação do diretor do Sindágua, Renato Rodrigues de Oliveira, para desempenho de suas atividades sindicais, com todas as prerrogativas e garantias asseguradas pelo Instrumento Normativo".

Ficou provado na Justiça que a empresa, regularmente, libera dirigentes sindicais há vários anos sem nenhuma oposição, sendo os nomes indicados independente das atribuições na entidade sindical. Em sua decisão, a Justiça afirma que a conduta da empresas por diversos anos "atrai o princípio isonômico de

tratamento, pois não pode alguém agir de forma desigual em situações idênticas".

Lembra que esta prática remete à "prática reiterada, os usos e os costumes também fonte do Direito do Trabalho, como preconizado pelo artigo 8º da CLT", assistindo o direito de conduta similar.

A decisão da Justiça resguarda o direito de organização sindical dos trabalhadores, estabelecido constitucionalmente, na Consolidação das Leis do Trabalho e nos tratados da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

A Copanor chegou



Sindágua com Márcio kangussu, designado presidente da Copanor

Copanor, este é o nome da "Copasa dos pobres", que terá a atribuição mágica de universalizar o saneamento e garantir este direito para municípios fincados nos vales da miséria do Jequitinhonha e do Mucuri.

Estão sendo aceleradas as reuniões com os executivos e legislativos de 92 municípios que integram estas duas regiões, para que as "lideranças do Nordeste de Minas" possam trabalhar "depressinha" e garantir os contratos locais com a nova empresa.

O setor de comunicação da Copasa divulga declarações da direção da empresa de que "a Copanor terá capacidade de atender os serviços de qualidade em áreas onde ainda não foi possível resolver as questões de saneamento", adotando "um modelo inédito, onde haverá um sistema de solidariedade entre o usuário e o contribuinte: o Governo do Estado assume os investimentos e o usuário pagará apenas pelo custo do serviço". Se será assim na Copanor, é, no mínimo, estranho que não estivesse sendo desta forma com a Copasa, mas estão sendo apostadas "todas as fichas" de que "a Copanor será a redenção para os municípios".

Para os trabalhadores e as relações de trabalho as informações ainda são nebulosas e preocupantes. Não se sabe como serão as tarifas e como será estruturada, por exemplo, a contratação de pessoal e montado o PCCS, como acontecerão transferências de pessoal, como se dará a administração com funcionários de carreira da Copasa ou quais proteções serão resguardadas em termos de direitos celetistas e de convenções coletivas.

O SINDÁGUA procura se reunir com todos os profissionais envolvidos no projeto, visita as localidades e desenvolverá trabalho específico com os trabalhadores da Copanor, buscando já análises jurídicas sobre a real situação dos trabalhadores com a nova empresa.

Vice fala sobre Água Mineral



Herculano Anghinetti, recebeu os diretores do Sindicato

O vice-presidente da Copasa, Herculano Anghinetti, recebeu os diretores do Sindicato José Maria, Rogério Matos e Adair José para uma exposição sobre todo o projeto da águas minerais. Afirmou que o produto da Copasa já foi reconhecido como o de maior qualidade, superando marcas tradicionais e de ponta no mercado. Fez questão de frisar que as portas de seu gabinete estarão permanentemente abertas para o encaminhamento de demandas da entidade, se prontificando ao trabalho pelo melhor relacionamento entre a representação dos trabalhadores e a direção da empresa.

Jurídico da Copasa continua no centro de irregularidades

Pela primeira vez na história da Copasa foram designados nomes para cargos na empresa tendo seus salários tomados públicos através do "Comunicado da Presidência (CP 079)". Curiosamente, uma ata do Conselho de Administração fazia referência exclusivamente aos valores de comissões. Na CP, foi somado o salário de origem dos procuradores nomeados aos valores das comissões, divulgando remunerações de R\$ 10.313,33 e de R\$ 9.375,76.

Um outro detalhe demarcado com muita ênfase na CP 078, as nomeações foram feitas "ad referendum" do Conselho de Administração. Esta ênfase do "ad referendum do Conselho de Administração" foi dada também quando na CP 078 antecipou a necessidade de "modificar o Regulamento do Plano de Cargos e Salários, de maneira que o provimento dos cargos de Gerente de Divisões da Procuradoria Jurídica seja feito, quando considerado conveniente, por recrutamento amplo". A CP também "determina que a Superintendência de Recursos Humanos pro-

ceda a necessária adequação do Regulamento do Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme o disposto no 'numeral' (sic) anterior". As ordens se assemelham em mudar as leis para viabilizar medidas já tomadas.

A direção da Copasa utilizou o mesmo argumento que o Sindicato faz quando combateu o recrutamento amplo para provimento de cargo de procurador jurídico, como a empresa vem fazendo desde que alijou do cargo um profissional de carreira, colocando em seu lugar ocupante que desceu de pára-quadras, ferindo o Plano de Cargos e Salários e o instituto constitucional do

concurso público.

A quem interessa a mudança?

Independente do objetivo e de quem patrocinou a mudança, os trabalhadores enxergaram com muita preocupação as medidas tomadas no jurídico, que confirmam o desmanche patrocinado pela direção da empresa neste setor estratégico e por onde devem passar informações e pareceres confidenciais. Pouco adianta alguém se eximir de culpa, brandindo a informação de "ad referendum" se se pratica o crime contra o Plano de Cargos

e Salários e contra o concurso público durante todo este tempo.

Recriminamos a iniciativa que fere o PCCS há muitos meses e a política de utilizar o artifício da passagem pela "interinidade" para viabilizar ocupantes em cargos de responsabilidade para os quais parece faltar experiência e competência.

A crise vivida pelo jurídico, que já dura alguns anos, tem origens que precisam ser investigadas e que redundaram em borbotões de processos na Justiça e vitórias marcantes dos trabalhadores no resguardo dos direitos.



Sindicatos definem posição

As direções do SINDÁGUA, Senge e Saemg definiram uma posição contrária às mudanças implementadas na nomeação de funcionários em recrutamento amplo que ferem o Plano de Cargos e Salários e burlam a exigência constitucional do concurso público.

A posição dos sindicatos se baseia em documento produzido pelos jurídicos das três entidades, que condenam as irregularidades das



Maurício (Saemg), Nilo Sérgio (Senge) e José Maria (Sindágua)

medidas e sugerem uma solicitação de intervenção dos Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho.

As entidades trabalharão em conjunto,

integrando os setores jurídico e de comunicação, para denunciarem as irregularidades administrativas cometidas na Copasa.

PARECER JURÍDICO SOBRE ALTERAÇÕES NA PROCURADORIA JURÍDICA DA COPASA

As medidas tomadas pela direção da COPASA, através dos CPs 078/79 (de 9/7/07), causam espécie e se mostram ilegais, porque:

- 1 – Expande em muito a cota de recrutamento amplo, que, por força da Constituição Federal, deverá se manter em limites razoáveis, já previstos no PCCS da COPASA.
- 2 – Afronta o disposto na Constituição Federal sobre provimento de cargos públicos por concurso público.
- 3 – O prazo estipulado na letra "b" do item 1 da CP 078 de 9/7/07, excede o prazo deferido pelo Conselho de Administração, que é de 12 (doze) meses e não até 31/12/2008.

Assim sendo, há que se lamentar e condenar as medidas tomadas, por todas as formas de direito, inclusive com a intervenção dos Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho, bem como ação judicial. Este é o parecer em conjunto, pelos abaixo assinados.

Belo Horizonte, 16 de julho de 2007.

SAEMG – adv. Geraldo Ediberto Fernandes
OABMG 29.050

SENGE MG – adv. Elizabeth Maria Mariana de Almeida
OABMG 25.295

SINDÁGUA MG – adv. Welber Nery Souza
OABMG 40.563

Contribuição e mobilização de todos para o fortalecimento do Sindicato

Como normalmente acontece nos sindicatos brasileiros, a classe patronal faz de tudo para enfraquecer as lutas dos trabalhadores. A estratégia mais comum dos patrões com mentalidade mais atrasada e que não acompanham a evolução das relações no trabalho é a tentativa de asfixiar financeiramente as entidades sindicais, dificultando ao máximo as contribuições dos trabalhadores para o Sindicato, interferindo criminosamente na liberdade de organização da categoria. Nossa categoria conhece bem este tipo de postura, mas sempre demonstrou também a nossa força e unidade com movimentos históricos.

Para enfrentar estas dificuldades,

os sindicatos sobrevivem com as mensalidades dos associados, com a contribuição sindical de 31 de março e, sobretudo, com as contribuições aprovadas por ocasião de negociações de acordos coletivos e acordos extraordinários. Estes investimentos passaram a ser mais necessários com o rigor da luta. A cada dia os sindicatos são mais exigidos e os custos das mobilizações sufocam as entidades.

No caso específico do SINDÁGUA, o custo da mobilização intensa dos últimos anos (greve, luta contra as subsidiárias, acompanhamento de projetos do saneamento) consumiu fortemente os recursos da entidade, tornando-se urgente a re-

discussão da forma de manutenção financeira do Sindicato. Deve-se lembrar que o SINDÁGUA mantém, seguramente, a mensalidade mais baixa de todo o País, em termos de percentual de salário. Ao mesmo tempo, o Sindicato, pela sua grande representação em Minas e no País é solicitado a uma intensa participação para fortalecer movimentos dos trabalhadores. Somos convidados para mobilizações até mesmo para socorrer a Copasa, em processos complicados para garantir concessões de serviços em municípios mineiros.

Desta forma, a entidade vem contando com a contribuição dos trabalhadores decidida em assembleia na

ocasião de acordos coletivos, autorizando o desconto de taxas de fortalecimento. Na Assembleia de aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho do ano passado, com validade para dois anos, os trabalhadores aprovaram o desconto de uma taxa de fortalecimento de 1%, para os sindicalizados e de 2,5%, para os não-sindicalizados, com direito de oposição individual remetido à entidade. Será exatamente com estes recursos que a entidade fará as obras na sua sede, realizará o Contsemg, no final deste ano, e começará já a preparar a mobilização para as negociações do Acordo Coletivo do próximo ano.

Sindicato amplia estrutura para as lutas da categoria

Na última assembleia de Prestação de Contas e Dotação Orçamentária, realizada no dia 29 de junho, a direção do SINDÁGUA apresentou um planejamento de investimentos de curto e de médio prazos para desenvolver as atividades da entidade.

Esta iniciativa se deve, principalmente, aos elevados gastos que a entidade vem sendo obrigada a desembolsar para acompanhar as inúmeras atividades relativas a questões que envolvem a categoria e eventos específicos do setor de saneamento. Neste rol de acontecimentos, devemos ressaltar as mobilizações que o Sindicato se viu obrigado a desenvolver para defender os trabalhadores e a própria Copasa, em processos de concessões ameaçadas como Almenara, Frutal, Teófilo Otoni, recentemente em Sete Lagoas, e outras. Despendeu também muito empenho e investimentos o longo tempo de debates e mobilizações na discussão do projeto das "copasinhas", quando o Sindicato teve papel decisivo para que fosse respeitado o direito de discutirmos estas propostas na Assembleia Legislativa, em audiências públicas em Belo Horizonte, Teófilo Otoni e Araçuaí.

Investimentos na modernização e organização

O grande volume de atividades do SINDÁGUA nos últimos meses aconteceu exatamente em um período que a entidade formalizou com a empresa um acordo coletivo de dois anos. No próximo mês de maio, no entanto, estaremos novamente na mesa de negociações e a entidade começa desde já a intensificação do processo de mobilização dos trabalhadores.

Algumas medidas devem ser tomadas imediatamente para o melhor atendimento dos trabalhadores associados. Entre elas, destacamos as seguintes:



Reforma da sede do SINDÁGUA

Já com 27 anos, este será o maior investimento a ser realizado em nossa sede, desde a sua inauguração. O volume de serviços cresceu consideravelmente e o espaço físico do Sindicato se torna apertado, comportando também as atividades do DEAPES (Departamento de Aposentados), que mantém intensa atividade com os seus associados, sobretudo com o grande volume de processos judiciais encaminhados para resguardar os direitos dos companheiros. A sede deverá ganhar novas salas com obras que começarão em breve. Deverá ser modernizada a estrutura de informática, em um esforço da entidade para fazer a inclusão digital de toda a categoria. A entidade deverá também investir em veículo, carro de som e no setor de comunicação, para acelerar a maior aproximação com os trabalhadores na base.

Capacitação e modernização da direção sindical

O SINDÁGUA ampliará os investimentos no processo de representação sindical e de planejamento de suas atividades. Recentemente, a entidade desenvolveu todo seu processo de planejamento estratégico, não só para a maior organização dos dirigentes e representantes sindicais, mas também para abrir o le-

que de atuação do Sindicato em instâncias de representação no setor de saneamento, nos poderes executivo e legislativos das esferas federal, estadual e municipal. A entidade investirá nos cursos de capacitação dos dirigentes e, sobretudo, no processo permanente de mobilização dos trabalhadores.

Comunicação mais dinâmica e rápida

Os meios de comunicação dos sindicatos evoluem rapidamente. Manteremos os jornais impressos, mas faremos maiores investimentos na comunicação digital. Para isto, o Sindicato fará todos os esforços para que todos os trabalhadores tenham seus computadores em suas residências e possam receber os comunicados da entidade. Esta será uma forma segura de a categoria não sofrer com medidas implementadas pela empresa, para dificultar a comunicação da entidade. O Sindicato voltará também a investir pesado na comunicação externa, com os meios de comunicação de massa (jornais, revistas, rádios e TVs) e aproveitará ao máximo a comunicação através da internet, enviando comunicados para as comunidades em todo o Estado, mantendo em nosso mailing também organismos importantes como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), comunicando virtualmente com todo o mundo

do trabalho.

Políticas nacional e estadual de saneamento

As subsidiárias da Copasa, as iniciativas de entreguismo do setor do saneamento para o capital e ação das contratações irregulares de serviços de terceiros estarão na mira da atuação do Sindicato. Ao mesmo tempo, a direção da entidade participará de todos os debates, conselhos municipais, estaduais e federais, entidades governamentais e civis que discutam questões e propostas para o setor de saneamento, mobilizando os trabalhadores e a sociedade na defesa do saneamento universalizado.

Previminas - COPASS - Saúde e segurança no trabalho

Os trabalhadores devem ser alertados sobre a grande responsabilidade em lutar pela preservação das duas maiores conquistas da categoria e repercute decisivamente sobre nossas famílias: a Previminas e o COPASS. As duas instituições se transformaram em grandes preocupações para os trabalhadores, repercutindo muito negativamente e precisam da nossa pronta intervenção, pois nada pode ser resolvido nestas instituições sem passar por nossa decisão democrática e responsável. Também é necessária uma grande mobilização dos trabalhadores para exigirmos melhores condições de saúde e segurança no trabalho, além de denunciarmos e eliminarmos a prática do assédio no trabalho, cada dia mais comum no tratamento autoritário na empresa. Para trabalhar estes assuntos, o Sindicato vem contratando assessoria técnica e desenvolverá o treinamento necessário para dirigentes e representantes sindicais, elaborando cartilhas para distribuição entre os trabalhadores.

Demonstrativo de Resultados Jan a Dez/2006

RECEITA	
Mensalidade	997.674,63
Imposto Sindical	247.720,77
Taxa Fortalecimento	71.856,77
Outras Receitas	61.447,36
Sub total	1.378.699,53
Receitas Deptº Aposentados	44.739,55
Aplicações Aposentados	12.943,41
TOTAL	1.436.382,49
DESPEASAS	
DESPEASAS COM PESSOAL (1)	520.407,36
DESPEASAS JURIDICO	119.754,57
DESPEASAS MANUTENÇÃO (2)	93.320,13
DESPEASAS ADMINISTRATIVAS (3)	100.631,15
DESPEASAS CAMPANHA SALARIAL	55.873,36
DESPEASAS ACORDO COLETIVO	18.823,31
DESPEASAS SUBSIDIARIAS	13.445,51
DEPARTAMENTO FORMACAO (4)	46.505,49
DEPARTAMENTO MULHERES	15.034,90
DEPARTAMENTO APOSENTADOS	28.641,29
DEPARTAMENTO SAUDE	10.658,64
DEPARTAMENTO CULTURA	315,00
DESPEASAS COM VEICULOS	23.276,07
DESPEASAS BANCARIAS	117.99,49
MENSALIDADE CUT E FNU	58.187,84
MENSALIDADE DIAP	1.924,00
MENSALIDADE DIEESE	11.004,80
MENSAL FEDER TRAB URBANOS	19.555,27
DESPEASAS SINDICAIS (5)	151.745,92
TOTAL	732.990,81

Obs: (1) salários, encargos sociais, seguro vida, assistência médica, auxílio creche, vale transporte, vale refeição, cursos; (2) água, luz, telefone; (3) material escritório, material de limpeza, doações, editais, serviços conservação, taxas, etc; (4) cursos e seminários

Balanco Sintético Ano 2006

ATIVO	
DISPONÍVEL SINDÁGUA	82.330,63
DISPONÍVEL DEAPES	145.852,84
ADIANTAMENTO SEGURO	31.586,18
ADIANTAMENTO COLÔNIA FÉRIAS	12.830,58
CONSORCIO CONSÁVEL	24.526,93
OUTROS ADIANTAMENTOS	8.949,53
ADIANTAMENTO DAFOLHA	10.864,89
INVESTIMENTOS	22.479,22
IMOBILIZADO	393.570,01
TOTAL	732.990,81
PASSIVO	
CREDORES DIVERSOS	4.558,75
PATRIMÔNIO	728.432,06
TOTAL	732.990,81

Demonstrativo sintético previsão 2007/08

RECEITAS	
Receita social	R\$ 1.116.000,00
Mensalidades	R\$ 1.038.000,00
Fundo de greve	R\$ 52.000,00
GDI - Receita estimada	R\$ 26.000,00
Receita tributária	R\$ 332.000,00
Contribuição Sindical	R\$ 257.000,00
Taxa de fortalecimento	R\$ 75.000,00
Receita Aposentados	R\$ 48.500,00
Mensalidades	R\$ 48.500,00
Doações	
Receitas eventuais	R\$ 41.500,00
Vendas diversas	R\$ 5.000,00
Reembolsos diversos	R\$ 2.000,00
Patrocínio	R\$ 34.500,00
Receitas com seguros	R\$ 39.000,00
Comissão seguros	R\$ 39.000,00
Receitas financeiras	R\$ 10.000,00
Aplicação financeira	R\$ 10.000,00
Receitas s/ empréstimos	R\$ 1.000,00
Juros	R\$ 500,00
Atualização monetária	R\$ 500,00
Juros/descontos obtidos	R\$ 1.000,00
Juros ativos	R\$ 500,00
Descontos obtidos	R\$ 500,00
Receitas não operacionais	R\$ 1.000,00
Alienação de bens permanentes	R\$ 500,00
Alienação do imobilizado	R\$ 500,00
Total das receitas	R\$ 1.590.000,00

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Assembléia Geral da categoria aprovou, no dia 29 de julho, a prestação de contas de 2006 e a previsão orçamentária para o 2007/2008. O demonstrativo de resultados de janeiro a dezembro de 2006, mostrou que os principais investimentos do sindicato foram com atividades e lutas desenvolvidas para defender os interesses dos trabalhadores em saneamento e da sociedade mineira.

Além dos tradicionais gastos com a campanha salarial – viagens, adesivos, camisetas, jornais, boletins, etc. – no ano passado, o sindicato precisou realizar uma intensa campanha contra o Projeto de Lei 3.374/06, que autoriza a criação de subsidiárias da Copasa. Para preservar os direitos dos trabalhadores e garantir a qualidade dos serviços prestados pelas subsidiárias e uma tarifa social diferenciada para as populações mais carentes, o SINDÁGUA-MG mobilizou deputados, prefeitos, vereadores, representantes sindicais e do movimento social e até o Vice-governador do Estado.

Foi necessário alocar recursos em diversas áreas para que a campanha contra a divisão da Copasa fosse vitoriosa e as "copasinhas" não representassem perdas de benefícios e demissões em massa para a categoria. O Sindicato realizou viagens para as localidades de



atuação das subsidiárias, produziu materiais informativos específicos para a campanha e fez várias reuniões, e até um seminário, para esclarecer a categoria sobre o assunto.

Na área jurídica também foi preciso ampliar os investimentos, devido à intransigência da direção da empresa que emperrou as negociações, levando diversas questões a serem definidas pela via judicial.

Como nos anos anteriores, em 2006 o SINDÁGUA-MG participou ativamente dos atos públicos, caminhadas, mobilizações e demais atividades organizadas pelo movimento sindical e pela sociedade, em Minas Gerais e também em outros estados. Além de estar presente nos cursos, seminários e congressos relacionados ao saneamento, meio ambiente, causas das mulheres, Previdência e outros assuntos de interesse da categoria.

Um Sindicato para ser forte e atuante necessita de suporte financeiro para poder organizar a luta dos trabalhadores. É preciso deixar claro que quem mantém a entidade funcionando é a categoria. Quando os trabalhadores valorizam o sindicato e percebem a importância da mobilização sindical, a categoria contribui e todos ganham.

Parecer do Conselho Fiscal

Ata de reunião do Conselho Fiscal Triênio 2003/2006 - Aos vinte e um de março de 2006, na sede do SINDÁGUA-MG, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal, representado pelos senhores Manoel da Luz Quirino, Gercianisio Almeida Damasceno, José Onofre Rodrigues e José Geraldo do Nascimento para apreciação das contas do triênio 2003/2006 até a data de 21/03/2006. Este Conselho Fiscal recomenda a aprovação das contas em referência, observando apenas algumas ressalvas constantes das atas mensais, que posteriormente foram solucionadas. Nada mais havendo a tratar, a presente ATA foi lavrada, aprovada e assinada por todos os presentes. Belo Horizonte, 21 de março de 2006.

Manoel da Luz Quirino
Gercianisio Almeida Damasceno
José Onofre Rodrigues
José Geraldo do Nascimento

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram os documentos apresentados pela Tesouraria da Entidade, que foram as notas fiscais e recibos pagos, relativos ao período de 22 de março a 31 de dezembro, referente ao exercício do ano de 2006. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Direção da entidade sindical é de parecer favorável que os citados documentos estão em conformidade com as prescrições estatutárias pertinentes.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2007.
Roberto de Oliveira Passos
Alexandres Meireles
Waltencir Teófilo José de Souza

Demonstrativo sintético previsão 2007/08

Departamento de Imprensa	R\$ 211.000,00
Despesas Trabalhistas	R\$ 133.000,00
Encargos Sociais	R\$ 30.000,00
Despesas diversas Deptº Imprensa	R\$ 48.000,00
Departamento Jurídico	R\$ 117.000,00
Despesas Trabalhistas	R\$ 500,00
Despesas diversas Deptº Jurídico	R\$ 116.500,00
Departamento Administrativo	R\$ 244.500,00
Despesas Trabalhistas	R\$ 207.200,00
Encargos Sociais	R\$ 37.000,00
Despesas diversas Deptº Adm	R\$ 300,00
Departamento Financeiro	R\$ 107.000,00
Despesas Trabalhistas	R\$ 79.350,00
Encargos Sociais	R\$ 17.550,00
Despesas diversas Deptº Finan	R\$ 10.100,00
Departamento de Formação Sindical	R\$ 251.500,00
Seminários e Congressos Interno	R\$ 5.000,00
Seminários e Congressos Externo	R\$ 44.000,00
Manifestações	R\$ 2.000,00
Despesas c/ Campanha Salarial Copasa	R\$ 74.000,00
Despesas c/ Camp. Salarial diversas empr	R\$ 2.500,00
Despesas de Greve	R\$ 15.000,00
Despesas Contsemg	R\$ 99.000,00
Departamento Saúde	R\$ 6.000,00
Departamento Cultura	R\$ 2.000,00
Departamento das Mulheres	R\$ 20.000,00
Secretaria da Mulher	R\$ 20.000,00
Departamento dos Aposentados	R\$ 31.000,00
Despesas Gerais	R\$ 31.000,00
Departamento da Diretoria	R\$ 112.500,00
Reunião de Diretoria	R\$ 70.000,00
Reuniões divers/Trab. Base Sistemas	R\$ 18.000,00
Despesas c/ Eleição Delegados	R\$ 7.500,00
Despesas Eleições diversas	R\$ 2.000,00
Despesas Acordo Coletivo	R\$ 15.000,00
Despesas acessorias Administr	R\$ 290.000,00
Despesas de Consumo	R\$ 90.000,00
Despesas com materiais	R\$ 55.000,00
Contribuição CUT	R\$ 60.000,00
Outras contribuições (Diap, Dieese, Feder)	R\$ 35.000,00
Despesas Operacionais	R\$ 50.000,00
Veículos	R\$ 25.000,00
Encargos Não Operacionais	R\$ 2.000,00
Encargos Financeiros	R\$ 15.000,00
Aplicações de Capitais	R\$ 155.500,00
Investimentos em Informática	R\$ 30.000,00
Investimentos em Veículos	R\$ 10.000,00
Investimentos Bens Imóveis	R\$ 74.500,00
Investimentos Bens Móveis	R\$ 20.000,00
Investimentos em Maquinário	R\$ 20.000,00
Investimentos Culturais	R\$ 1.000,00
Total das Despesas	R\$ 1.590.000,00

Produtividade manipulada?

O SINDÁGUA insiste há meses em estabelecer um diálogo franco e transparente com a direção da Copasa em torno de alguns pontos pendentes no ACT-2006/2008, para garantirmos o recebimento da "Produtividade" e o respeito ao direito dos trabalhadores.

Atualmente buscamos junto à empresa, restabelecer os nossos direitos de assistência à saúde, que também pagamos uma parte, o direito à gratificação por dupla função daqueles que dirigem veículos da empresa para exercer suas funções, direito à hora-extra em vários locais de trabalho, direito a um PCCS que respeite os trabalhadores pela atividade exercida e que contemple uma carreira profissional e outros itens, que a Copasa, num claro desrespeito às definições legais, insiste em não cumprir e, quando cobrada para encontrarmos uma solução negociada, tem se negado a reconhecer o direito dos companheiros e companheiras que cumprem rigorosamente suas atividades.

Assim vem acontecendo com a Clausula Terceira do ACT 2006/2007 e seus parágrafos, que tratam do item Produtividade.

Em seu "Gota D'Água Urgente" do dia 02 de julho de 2007, a empresa, manifestando mais uma vez o seu desrespeito para com seus empregados, diz que o SINDÁGUA MG foge da verdade ao anunciar os

cálculos da Produtividade na Copasa. A este respeito é preciso fazer alguns esclarecimentos, para estabelecer até que ponto a empresa realmente quer cumprir sua palavra, que inclusive assina nos diversos instrumentos que regulamentam as relações entre patrões e empregados. Para isso alguns números são importantes e falam por si:

A Copasa forneceu documentos sem papel timbrado para o Sindicato, demonstrando um valor adicionado total a distribuir no ano de 2005 de R\$ 1.031.029.000 e, em 2006, de R\$ 1.284.428.000. A diferença entre um e outro é de 253,4 Milhões de Reais. Este foi o crescimento da produção de riqueza na empresa.

Por exigência legal para as companhias de capital aberto, distribuiu para o mundo todo, inclusive nominalmente para cada empregado, um documento chamado Balanço Social Anual/2006 com uma diferença de R\$ 50.228.000 menor que a descrita nos documentos passados ao SINDÁGUA MG, ou seja, com um valor de R\$ 1.234.200.000 de riqueza total a distribuir no ano de 2006.

As distorções das informações, no entanto, nos levam a fazer indagações sobre a correção dos dados apresentados.

Com estes números, os trabalhadores tiveram no ano de 2006 uma participação menor no valor adicionado gerado na companhia, que, mantidos os mesmos percentuais

do ano anterior, deveria ser de R\$ 526.644.136,00. Uma diferença negativa de R\$ 68.693.136,00.

pesas com Pessoal" e, no caso da Participação nos Lucros, a empresa entende que deve descontar da

A Empresa distribuiu o valor adicionado no ano de 2005 da seguinte forma:

- 24,10% para o Governo;
- 15,20% para os acionistas;
- 6,90% para terceiros;
- 12,80% foram retidos para os trabalhadores, aqui tratados como colaboradores, foram 41,00%.

No ano de 2006 os números foram os seguintes:

- 28,00% para o governo, aumento linear de 3,90%;
- 7,30% para acionistas, menor em 6,90% linear;
- 6,10% para terceiros, menor em 0,80% linear;
- 21,50 foram retidos, aumento de 8,30% linear;
- 37,10% para os trabalhadores (colaboradores), menor em 3,90% linear.

Estes são os números que a empresa não quer reconhecer. Além disso, a Copasa, insiste em descontar da parte dos trabalhadores, as verbas que, por obrigação legal, deve pagar, tais como participação nos lucros, pagamento à Previdência, gastos com saúde no baixo risco e alto risco, reembolso de despesas com educação de filhos e dependentes. Todos estes gastos são de natureza legal, uma vez que estão previstos em legislação própria ou em Acordo Coletivo de Trabalho. Pior ainda, a empresa insiste em descontar estes valores em duplicidade, uma vez que são contabilizados como gastos da verba de "Des-

Produtividade de 2006, o valor de R\$ 23,911 mi (vinte e três milhões, novecentos e onze mil), valor este que a empresa irá contabilizar como gastos com pessoal no ano de 2007.

Com isso, a Copasa, inventando a sua própria matemática, encontrou um "valor residual do ganho de produtividade", que segundo seus próprios critérios, recebemos mais que teríamos direito, mas que só existe nas contas daqueles que de forma desprezível, não querem reconhecer o direito e o empenho de seus trabalhadores, não cumprindo com sua palavra e assinatura no ACT 2006/2008.

Justiça amordaçada, força greve.

"Alguma coisa está fora da ordem" e a Justiça não pode fazer nada. Este foi o recado amargo ouvido da boca de juizes em reunião recente no TRT-MG, onde foi declarado que não poderia julgar um dissídio coletivo porque o processo não havia ingressado no tribunal com a "anuência das duas partes envolvidas". Este é o resultado trágico da Emenda 45, que aleijou a Justiça do Trabalho em sua condição normativa. Os próprios juizes fizeram um apelo para que haja uma mobilização em todo o País, pressionando o Congresso Nacional e o Governo para que seja restaurada a condição à Justiça para assegurar o estado de direito. Sem uma mudança na lei, o tribunal

pode arrancar das paredes o painel em que destaca sua função de conciliar e de apurar atritos entre trabalhadores e empregadores. Um recado ainda mais importante foi exposto pelos magistrados: com a mordada e as mãos atadas em função da "Emenda 45" só restará aos trabalhadores se mobilizarem para garantir seus direitos através da greve. As categorias profissionais devem se preocupar em organizar os trabalhadores, em esclarecer as alternativas de luta e de se prepararem para embates. Quaisquer posições inflexíveis de um dos lados em negociações podem levar a impasses que só poderão ser resolvidos pela demonstração de força.



A conciliação é apenas "um quadro na parede"

O movimento sindical se mobiliza em todo o País para resgatar o poder dos tribunais. Sem isto, o futuro só tem um nome: GREVE GERAL!